

INSTITUTO	
	
Documentação	
EDICIONAMENTO	GM (Estado de SP.)
Fonte	
Data	3/4/2002 Pg 2
Class	03

**AMBIENTE**

# Dinheiro alemão para a Mata Atlântica em MG

Ana Paula Machado  
de Belo Horizonte

O governo mineiro assinou antontem contrato de contribuição financeira com o banco alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) da ordem de 7,669 milhões de euros (cerca de R\$ 25 milhões), para a implementação do Programa de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais (Promata/MG) nas regiões Sul, Zona da Mata e Vale do Rio Doce. O estado contribuirá com 7,313 milhões de euros (R\$ 24 milhões) nos próximos quatro anos.

Na contrapartida do governo estadual, cerca de R\$ 16 milhões não envolvem desembolso de recursos do estado. Cerca de R\$ 10 milhões virão de empresas responsáveis pela implementação de projetos potencialmente poluidores, como a duplicação da BR-381 e a Usina de Aimorés, por exemplo, e R\$2,1 milhões são referentes a pessoal e gastos de custeio, normalmente despendidos pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF).

O projeto abrange 80 mil km<sup>2</sup>, equivalentes a 14% do território mineiro. Serão beneficiadas diversas espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção — como o

mico-leão dourado, o lobo guará, o pau-brasil e a sibipiruna — e importantes mananciais da regiões, que abastecem não apenas Minas Gerais, mas também São Paulo.

Entre as atividades previstas está o apoio às comunidades próximas às unidades de preservação, que propiciarão condições de geração de renda para essas populações, em atividades ambientalmente sustentáveis, como turismo e artesanato.

Ao todo, oito regiões serão incorporadas pelo programa: os parques estaduais do Itacolomi (Região Central), Rio Doce (Vale do Rio Doce), Ibitipoca (Região da Mata), Nova Baden e Serra do Papagaio (Sul de Minas), Serra do Brigadeiro (Zona da Mata), Sete Salões (Região do Rio Doce) e Pico do Itambé (Região Central).

Além disso, duas áreas de proteção serão diretamente beneficiadas, a da Serra da Mantiqueira e a Estação Ecológica do Tripuí. Parte dos recursos servirá para tornar mais eficientes as atividades de fiscalização da Polícia Militar Florestal, do IEF e da superintendência estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).